



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/09/2016 - Convergência Digital

OTTs precisam ser enquadradas como serviços de telecom

As operadoras de telecomunicações que atuam no Brasil abraçaram a causa ‘mesmo serviço, mesma regras’ de forma a dividir as aplicações de internet e identificar aquelas que as ameaçam mais diretamente, para as quais defendem a mesma regulação das teles.

“O debate precisa ser acelerado no Brasil em busca de soluções que sejam boas para todos os que atuam no mercado. Já que estamos discutindo mudanças no modelo [de telecom], podemos avaliar enquadrar as OTTs como serviço de telecomunicações”, afirmou o diretor do sindicato nacional das operadoras, Sinditelebrasil, Alexander Castro.

A tese já fora apresentada pelo presidente executivo do sindicato, Eduardo Levy, durante a 16ª Rio Wireless e argumenta que serviços similares devem ser diferenciados da regra que separa telecom de Serviços

de Valor Adicionado. Nesse sentido, aplicativo de banco, de transporte, de clima seguiriam intocados. Mas “serviço de valor adicionado que faz ligação telefônica e conversa número a número se confunde com serviço de telecomunicação”.

Castro aproveitou a ICT Week promovida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para detalhar a proposta. “OTTs são serviços online que se confundem com serviços de telecomunicações que os suportam e por isso não podem ser considerados como SVA”.



20/09/2016 - Telesíntese

A América Móvil tem interesse na Oi, diz CEO

Segundo o jornal Valor Econômico, o grupo mexicano teria interesse em comprar qualquer área da Oi que fosse colocada à venda.

Em entrevista ao jornal “Valor Econômico”, o presidente do grupo América Móvil, Daniel Hajj, disse que tem interesse em todas as áreas da Oi – telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga. E que está acompanhando o processo de recuperação judicial da operadora brasileira, observando “que ainda não está claro o que realmente está à venda, se é o negócio completo ou partes dele”.

Ao apresentar seu plano de recuperação judicial à Justiça do Rio de Janeiro, no dia 5 de setembro, a Oi



mencionou a possibilidade de venda de operação móvel, além de ativos em países da África e da Ásia, de imóveis no Brasil que até bem pouco tempo atrás eram considerados bem reversíveis da União e de data centers e empresas subsidiárias na área de redes já eram esperadas.

Ainda na entrevista à jornalista Ivone Santana, Hajj observou que seu grupo está muito interessado em participar da consolidação no Brasil. “A consolidação será muito boa para o Brasil e para o mercado.”



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/09/2016 - Telesíntese

Credores da Oi têm 15 dias para reclamar seu dinheiro

A justiça quer também um relatório preliminar das atividades desempenhadas por cada uma das empresas do grupo.



Os credores da Oi têm 15 dias, a contar desta terça-feira, 20 para reclamar créditos junto da empresa, que está em recuperação judicial, segundo o edital publicado.

“ Ficam os credores advertidos de que, a partir da publicação deste edital, terão o prazo de 15 dias para apresentarem aos administradores judiciais nomeados, PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda e escritório de advocacia

Arnoldo Wald (...) as suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados”, diz o edital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

Os administradores judiciais deverão apresentar, também, no prazo de 15 dias, um “ relatório preliminar das atividades desempenhadas por cada uma das empresas do grupo, com vista à efetiva transparência do processo e informação aos credores”, adianta a justiça.

O site criado pelos administradores judiciais é:

<http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/>

21/09/2016 - Convergência Digital

Brasil precisa priorizar áreas para 'surfear' na Internet das Coisas

Um estudo bilateral com a União Europeia aponta quatro ecossistemas que merecem ser alvos prioritários da política pública brasileira para a internet das coisas: smart cities, produtividade industrial, agricultura e transportes devem ser as primeiras apostas do Brasil para inserção nesse novo estágio tecnológicos.

“ Tem uma janela de oportunidade e a gente tem que se posicionar da melhor maneira para pegar essa onda”, defendeu o coordenador de ações de IoT do CPqD, Flávio Andrade, que dividiu o estudo com o pesquisador português Pedro Maló.

O relatório, ainda em fase de conclusão, inclui dificuldades inerentes ao desenvolvimento das 'verticais' apontadas, como apresentado nesta quarta, 21/9, durante a ICT Week, promovida pelo MCTIC e a União Europeia. Por exemplo, a primeira barreira que o Brasil precisa superar no campo das 'cidades inteligentes' é conexão.

“ Smart cities implica conectividade. Na Europa tem soluções oferecidas, mas no Brasil não é uma premissa verdadeira, pois parece que os serviços M2M das operadoras ainda não são completamente confiáveis”, desta-

cou o pesquisador Pedro Maló.

Como também apontado pelos responsáveis pelo estudo, a internet das coisas está em desenvolvimento e mesmo na União Europeia, onde já existe algum tipo de política pública e investimento direto, em grande medida tratam-se de soluções tecnológicas embrionárias.

Para o secretário de Políticas de Informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, isso também pode ser visto como chance de o Brasil participar ativamente de um ambiente mundial. “ É uma oportunidade, inclusive dado o interesse mútuo do lado europeu e brasileiro nessa tecnologia. Temos que compreender que a internet das coisas não é uma solução nacional, mas faz parte de um ecossistema global”.



22/09/2016 - Boletim da FENATTEL

TIM mente no Ministério Público do Trabalho

Empresa mostra o seu total desinteresse pelos trabalhadores



Em audiência mediada pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), solicitada pela Fenattel, a TIM continuou disposta a dificultar a vida do trabalhador, irredutível na sua posição de não dialogar. Na audiência, apresentamos dados que comprovam que a TIM mente e só se importa com seus próprios lucros:

1) *Dados do Dieese evidenciam que os resultados financeiros da TIM são divergentes daqueles apresentados;*

2) *O Acordo de PPR tem cláusulas que permitem uma reavaliação e*

renegociação;

3) *À empresa havia assumido em carta o compromisso de rediscutir o reajuste dos que ganhavam acima de R\$ 4.000,00.*

A empresa demonstrou, ainda mais, o desinteresse por seus trabalhadores. Recentemente, emitiu um comunicado interno com a "sua versão" mentirosa dos fatos, na tentativa de se livrar de pagar a 2ª parcela do PPR 2015 e de não reajustar os salários dos que ganhavam acima de R\$ 4.000,00 em 31/08/2015.

Cabe salientar que o MPT

sugeriu a abertura de negociações. Informamos à procuradora que já tínhamos enviado diversos ofícios para a TIM com essa solicitação, mas a empresa simplesmente ignorou o pedido! Essa postura continuou mesmo com a recomendação do Ministério Público do Trabalho para que houvesse diálogo.

Na reunião entre o presidente da Federação e o RH da TIM, os representantes da empresa argumentaram não ter autonomia para decidir sobre esses temas, e que buscariam uma solução interna. Ou seja, mentiras! Isso não ocorreu e a empresa se manteve inflexível.

Não se deixe enganar. A TIM quer reduzir o valor da antecipação de 1,5 salário. Essa é uma conquista da FENATTEL. Além disso, não quer reconhecer os seus passivos e ainda quer se fazer de boazinha.

Lamentamos a postura amadora adotada pela TIM em obstruir as negociações. Não aceitamos essas mentiras da TIM, não aceitamos redução de salários e benefícios. Continuaremos firmes e fortes na luta em defesa dos trabalhadores!





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/09/2016 - Rede Brasil Atual

Juíza favorece empregador e incrimina trabalhadores resgatados de escravidão

Juíza do Trabalho catarinense acusa resgatados de escravidão de "viciados em álcool e drogas ilícitas" e que fato de empregador, um ex-governador, reter seus documentos "causa (sic) bem à sociedade"

"(Os) Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que (...) gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes." O comentário acima – comum entre senhores de escravos e nos primórdios do mercado de trabalho assalariado no Brasil – foi proferido por uma juíza do Trabalho em Santa Catarina, em março deste ano. O caso só foi denunciado recentemente.

A juíza Herika Machado da Silveira Fischborn se referia a 156 trabalhadores que não recebiam salários há pelos menos dois meses e tiveram seus documentos retidos pelos donos da fazenda onde colhiam maçãs, em abril de 2010.

Por lei, o empregador é obrigado a devolver a carteira de trabalho de um funcionário em até 48 horas após a assinatura do documento. Porém, segundo a juíza, a infração resultou em um suposto "benefício à sociedade".

"O fato de reter a CTPS (carteira de trabalho) somente causa, na realidade, benefício à sociedade. É cruel isto afirmar, mas é verdadeiro. Vive-se, na região serrana, situação limítrofe quanto a este tipo de mão de obra resgatada pelos auditores fiscais do trabalho que, na realidade, causa dano à sociedade," escreveu a juíza na sentença.

Sem dinheiro, documentos e transporte, os trabalhadores não conseguiam voltar para suas casas no interior do Rio Grande do Sul, de onde haviam saído com promessas de emprego. Eles sequer conseguiam chegar à cidade mais próxima, São Joaquim, a 40 quilômetros da fazenda onde trabalhavam, por estrada de chão.

Diante do caso, auditores fiscais do trabalho constataram o cerceamento de liberdade, suficiente para

caracterizar trabalho análogo ao escravo, como define o artigo 149 do Código Penal. A juíza, porém, anulou parte dos autos de infração registrados pelos auditores. Segundo a magistrada, eles agiram "de forma cruel" ao permitir que os trabalhadores voltassem "ao ciclo vicioso de trabalho inadequado, vício, bebida, drogas, crack, crime e Estado passando a mão na cabeça".

Juíza pede que Polícia Federal investigue auditores fiscais

A magistrada não só anulou parte da operação dos auditores fiscais do trabalho, mas também pediu que a Polícia Federal os investigasse. Segundo Fischborn, eles "praticaram crime" porque "forçaram, inventaram e criaram fatos inexistentes".

Ao negar os problemas encontrados no local, a juíza citou o procurador Marcelo D'Ambroso, que, durante a fiscalização, questionou a existência de trabalho escravo na fazenda.

O procurador, hoje juiz do trabalho, teria dito que "não foi constatada a presença de barracos de lona ou choupanas para acomodação dos trabalhadores, uma das características típicas do trabalho escravo contemporâneo".

Procurado, D'Ambroso não atendeu ao pedido de entrevista da Repórter Brasil.

As cenas descritas pelos auditores fiscais e as fotografias tiradas na fazenda, porém, mostram que os alojamentos não se encaixam nos padrões mínimos determinados pelo Ministério do Trabalho, que devem nortear o trabalho dos auditores nessas fiscalizações.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/09/juiza-diz-que-trabalhadores-resgatados-de-escravidao-poderiam-praticar-crime-5082.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/09/2016 - Vermelho

Regra fiscal de Temer pode tirar R\$ 58 bilhões das escolas municipais

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) estima em R\$ 58 bilhões as perdas de recursos para a manutenção do ensino nas redes públicas das cidades ao longo de dez anos, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 seja aprovada. Para os 20 anos de congelamento dos investimentos previstos no texto em tramitação no Congresso, os prejuízos deverão triplicados.

"Nós, gestores municipais, vemos com muita aflição e preocupação a discussão dessa PEC no Congresso. Somos totalmente contrários à desvinculação dos recursos porque é a única garantia que temos de a União, ente que mais arrecada, repassar recursos aos municípios e aos estados", diz o presidente da entidade, Alessio Costa Lima.

Pela Constituição, os municípios devem aplicar 15% de sua arrecadação com impostos na educação. O percentual de estados e do Distrito Federal é de 12%. Já a União deve investir o percentual aplicado no ano anterior corrigido pela variação do PIB. Porém, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), o governo federal tem cerca de dez anos pela frente para passar a investir 10% do PIB.

Secretário de Educação no município de Tabuleiro do Norte, no Ceará, Alessio ressalta que a desvinculação dos recursos é ainda mais nefasta para o ensino público do que o que o próprio congelamento previsto pela proposta. "Pior do que o teto, que congela, é a desvinculação. Mesmo que houvesse o congelamento, a existência de um referencial para a destinação mínima dos recursos asseguraria pelo menos a destinação de um mínimo, de forma definitiva, para não ficarmos ao bel prazer do gestor federal. Sem a vinculação constitucional, ele poderia tirar da educação e jogar os recursos para outra área. Ou seja, sem a vinculação, a União ficaria desobrigada de repassar"

A PEC 241, como ele explica, está na contramão de todos os avanços em termos de legislação. É o caso da Emenda Constitucional 59, aprovada em novembro de 2009, que obriga a escolaridade dos 4 aos 17 anos. O prazo para cumprimento era 2016. Porém, a cobertura chegou a 90%. "Quase 600 mil crianças

ainda estão fora da pré-escola. São crianças da periferia, das áreas de difícil acesso, da zona rural, com deficiência, de famílias de baixa renda. São justamente as crianças que mais precisam da escola", destaca. "Incluir essas 600 mil crianças requer abertura de vagas, fazer novas contratações, que não teremos como financiar."

Plano Nacional

A desvinculação de recursos, conforme lembra, coloca em risco a implementação de metas do PNE, que foram aprovadas depois de debates iniciados em conferências realizadas nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

"Essas metas foram sonhadas por professores, alunos, educadores, e correspondem a expectativas da população. E agora, num cenário de recessão, é quando se tornam ainda mais importantes. Não podemos perder o foco da importância e da prioridade que tem de ser dada às metas do PNE. E se educação é mesmo prioridade, é agora que nós vamos saber. Todos os países, em época de crise, enfrentaram problemas econômicos e de outras naturezas investindo na educação. E saíram dela vitoriosos por meio da opção de investimento em massa na educação do seu povo."

O presidente da Undime lembra o caso de sucesso de seu próprio estado. O Ceará tem quase 70 das 100 escolas públicas com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015. Conforme ele, trata-se do resultado de um trabalho focalizado na melhoria da qualidade do ensino.

"Houve um esforço concentrado, por decisão política, na cidade de Sobral, que priorizou a alfabetização. A semente foi levada por Cid Gomes para o estado, que passou a qualificar gestores, incentivar os professores, selecionar diretores, melhorar as avaliações de alunos. Foi toda uma política que bancou formação dos professores, com o município escolhendo a agência formadora entre as certificadas pelo estado."

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/287032-1>